

Apresentação. RIDH - ano 5: de projeto a processo

Clodoaldo Meneguello Cardoso
Editor

A RIDH - REVISTA INTERDISCIPLINAR DE DIREITOS HUMANOS da Unesp completa 5 anos, com o lançamento deste 10º número. Coordenada pelo Observatório de Educação em Direitos Humanos – Departamento de Ciências Humanas, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp, campus da Bauru – a RIDH é hoje uma realidade editorial acadêmica em direitos humanos reconhecida no Brasil e com alcance internacional em países de língua portuguesa e língua espanhola.

O projeto editorial ao longo desse tempo tornou-se um espaço significativo de publicação científica em direitos humanos, em especial aos cursos de pós-graduação em direitos humanos e a outros pesquisadores da área.

Esta realidade da RIDH não é um ponto de chegada ou um status conquistado, mas um processo de transformação constante para estar em sintonia com o tempo presente. De projeto a processo, foi essa a nossa conquista! Por isso a 10ª edição é mais um momento, não apenas para agradecer o apoio institucional e a colaboração generosa, competente e indispensável dos pareceristas, mas para refletir ampla e criticamente o papel da editoração acadêmica e da própria produção científica no mundo atual.

Assim estaremos fazendo valer o propósito editorial da RIDH, anunciado na edição de lançamento da Revista: “Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos: uma contribuição para o diálogo entre a ciência, a ética e a política”. Em sua diretriz básica, a RIDH, “[...] procura mostrar a importância da interdisciplinaridade para pensar, de forma abrangente, questões de direitos humanos no plano epistemológico e elege, como eixo axiológico: o diálogo entre a ciência, a ética e a política, pela intermediação dos direitos humanos. Assim, acredita-se que o espaço editorial da RIDH possa contribuir, não somente para a divulgação de produ-

ção científica, mas também de valores indicativos de transformações estruturais para uma sociedade democrática, igualitária e solidária”.

Este propósito nos impele ao compromisso de estar em contínua reflexão crítica da conjuntura em que vivemos, da finalidade da produção científica atual e do nosso próprio caminho percorrido enquanto veículo de promoção e divulgação de pesquisas acadêmicas. Do ponto de vista formal, o caminho percorrido vem seguindo os parâmetros comuns aos dos periódicos acadêmicos, galgando os degraus de avaliação, sem que isso seja uma meta que nos dê sentido ao esforço de manter a regularidade e a qualidade de nossas edições semestrais. Esta dimensão tem um ritmo próprio, determinado por fatores, muitas vezes mercadológicos, alheios ao sentido mais profundo do nosso trabalho. É desse que queremos falar.

De que mundo, de que ciência e de que universidade estamos falando? A universidade, tal como conhecemos, é ainda vista como o templo sublime da ciência ocidental, em particular daquela construída nos últimos quinhentos anos pela civilização europeia, e hoje com hegemonia mundial. E o nosso mundo? É este complexo de relações globais de constante risco, que experimenta, pela primeira vez, a exaustão e os limites da existência nas esferas social e ambiental.

Qual o sentido da produção e da divulgação científica neste contexto?

Sabemos hoje que os fundamentos da ciência moderna, estabelecidos pelos empiristas Francis Bacon e David Hume, já continham uma contradição congênita entre fins e meios. A finalidade ética de ‘minorar concretamente o sofrimento humano’ – nisso a ciência antiga foi impotente, segundo os empiristas – fica impedida de realizar-se, na humanidade como um todo, pelo próprio caminho metodológico traçado pela epistemologia empirista: conhecer a natureza é dominá-la. Dominar a natureza significa quantificá-la e tornar previsíveis seus fenômenos para poder controlá-los. Conhecer é poder! Porém, a história nos mostrou que o ‘projeto de dominação’ da natureza pela ciência moderna ocidental foi o mesmo projeto de dominação dos povos pela civilização europeia, com propósito de acumulação de capital. Vivemos hoje esta contradição em grau extremo: todas as maravilhosas conquistas da ciência moderna, transformadas em tecnologias que suavizam o esforço de viver, esmaecem diante dos problemas sociais e ambientais em escala catastrófica.

Immanuel Wallerstein, em seu livro *“O universalismo europeu; a retórica do poder”* (Editora Boitempo) demonstra como o discurso científico moderno (assim como o religioso e o filosófico) foi um instrumento de sustentação da expansão da cultura europeia capitalista no mundo, nos últimos 500 anos. Ou seja, a ciência esteve e está a serviço de propósitos econômicos, não necessariamente éticos. Se isso é uma leitura real, esta condição da ciência afeta necessariamente os fins da própria universidade.

É neste contexto que refletimos sobre o papel de um periódico acadêmico como a RIDH. Qual seu propósito na universidade pública que passa por profunda crise de identidade? Ou seja, de centro de perpetuação e desenvolvimento da saber científico moderno, a universidade é chamada a se tornar um grande laboratório de dialogo entre a ciência ‘canônica’ e outros saberes alternativos; ou em palavras de Boaventura de Sousa Santos, um diálogo epistemológico norte-sul e sul-sul. Somente assim poderemos enfrentar os problemas multifacetários do mundo contemporâneo.

Como a universidade pública no Brasil pode garantir a liberdade de pesquisas científicas, se ela – no projeto neoliberal –, vem perdendo o financiamento estatal e se tornando presa fácil das garras do mercado voraz que busca por lucro infinito. Diante disso, como as publicações acadêmicas podem ser instrumentos de resistência? Qual deve ser o compromisso editorial de seus periódicos? Pode a produção científica, financiada pelos recursos públicos, não se posicionar diante de desigualdades sociais abissais que colocam 50 milhões de pessoas na linha da pobreza? E ainda num país, onde a violência elimina 60 mil pessoas por ano, sendo a grande maioria jovem, negra e pobre; e que o mesmo perfil se repete na imensa população carcerária que ultrapassa os 700 mil?

Como colocar as conquistas científicas e as inovações tecnológicas ao alcance de populações inteiras miserabilizadas pelo colonialismo ou exclusão social; e ao alcance dos milhões de refugiados de guerras e de catástrofes climáticas, vivendo como detritos humanos? Que sentido tem a produção científica, e por consequência sua divulgação, se a realidade global, nacional e da própria universidade não nortearem seus objetivos?

A diretriz editorial da RIDH: “contribuir para o diálogo entre ciência, a ética e a política” tem o sentido de estimular a formação de pesquisadores na universidade, não apenas com comportamento pessoal ético em suas investigações, mas sobretudo que busquem contribuir para a construção de uma ciência ética. Para isso é necessário colocar os frutos das ciências a serviço da emancipação humana de todos sem exceção; e ao mesmo tempo realizar um processo de superação da visão unilateral da ciência moderna, abrindo-se ao diálogo com saberes de outras culturas, em especial com aquelas não contaminadas pelo consumismo e pela acumulação capitalista. Nesse processo de ressignificação crítica inclui-se o próprio sentido clássico dos direitos humanos: um código de ética oriundo de uma cultura patriarcal, eurocêntrica e antropocêntrica. Essa é a dimensão ético-política que perseguimos.

A produção que selecionamos para a presente edição da RIDH pode ser um exemplo deste esforço. Os artigos representam bem as três diretrizes do foco editorial da RIDH: interdisciplinaridade; diálogo com outros saberes; e

enfoque ético-político emancipador. Embora essas três dimensões se entrelacem, as produções tendem a ressaltar uma delas.

Interdisciplinaridade. Apresenta questões de direitos humanos a partir da ótica de outras áreas do conhecimento. Este número contém artigos sobre DH a partir das áreas de nutrição, biologia, comunicação e dos enfoques tradicionais envolvendo conhecimentos de educação, direito, sociologia e história. O leitor poderá comprovar a dimensão transversal dos direitos humanos em artigos que tratam de 'alimentação escolar', 'história política do Brasil', 'educação da polícia militar' e 'dignidade humana dos nascituros'

Diálogo com outros saberes. Neste aspecto trazemos o artigo 'Educação em direitos humanos e interculturalidade', com informações inéditas sobre a educação indígena em currículo acadêmico.

Enfoque ético-político emancipador. Expõem-se os direitos humanos como conquistas de lutas sociais de grupos organizados e/ou de processos jurídicos. São temas abordados com este enfoque: 'educação em direitos humanos e emancipação', 'organização popular nas lutas por direitos', 'direitos ao lazer de pessoas com deficiência', 'direitos de gestantes encarceradas' e 'tráfico de pessoas e direitos humanos das mulheres'.

É este o caminhar processual da RIDH.

A seção de resenha apresenta duas recentes publicações com contribuição para pensar importantes questões contemporâneas: 'a universalidade dos direitos humanos' e 'a educação de direitos humanos na formação jurídica'.

* * *

O conteúdo dos artigos publicados é de responsabilidade exclusiva dos autores.
Boa leitura!

Junho de 2018